

Linharviva

Nº 195 10/09/92

Celesc adia início das negociações

A Celesc transferiu ontem, na metade da tarde, as negociações que começariam hoje entre a Intercel - Intersindical dos Trabalhadores da Celesc e a empresa, com vistas à Campanha Salarial deste ano. Uma primeira demonstração de que as coisas não serão muito fáceis para os trabalhadores neste ano. Além do que, desta vez há mais coisas em jogo do que conquistas econômicas e sociais.

Mesmo que para a Intercel hajam cláusulas importantes como a Recuperação de Perdas, Política Salarial e Plano de Carreira, "o mais importante é que esta campanha acontece nas vésperas de um cataclisma na empresa, que está recebendo o nome de Plano de Modernização Institucional", afirma Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

Arno se refere aos planos da diretoria da Celesc para descentralizar a empresa, terceirizar serviços e reduzir o quadro de empregados. "A proposta é a mesma da reforma administrativa que jogou a Eletrosul no caos, administrativa e operacionalmente", explica o sindicalista.

A avaliação da Intercel é de que o grau de mobilização da categoria durante a campanha vai servir de referência para a diretoria da empresa na tomada de medidas visando a aplicação de sua estratégia de "modernização". Por isso, ela convoca os eletricitários a acompanharem as negociações, estarem informados e ativos durante a campanha salarial.

A Intercel faz questão de afirmar a sua contrariedade com o processo de privatização que se anunciou para a Celesc, com o eufemismo de "modernização". Ela aponta que a privatização faz com que as empresas percam a sua função social, em função do objetivo do lucro. Isso onera a população.

Sinergia inaugura 1ª Mostra de Arte

Será aberta hoje a 1ª Mostra Coletiva de Artes Plásticas, promovida pelo Sinergia, Em Florianópolis. A partir das 20 horas, 71 trabalhos de 26 artistas estarão expostos no hall do edifício sede da Celesc, no Itacorubi. "Nosso objetivo é estimular a criação artística, mostrar que há muito talento escondido pela falta de espaços culturais", explica Dinovaldo Gilioli, diretor de Cultura do Sinergia. A Comissão Organizadora, composta pelos próprios artistas, está satisfeita com o grande número de trabalhos inscritos. A mostra fica na Celes até 18/09 e vai ser montada também na Eletrosul, a partir de 21/09.

LETRAS - Na abertura da Mostra será lançado, também, o 1º Concurso Literário Conto e Poesia, também promovido pelo Sinergia. O regulamento estará à disposição dos interessados na abertura da Mostra e, depois, na sede do sindicato



Além do Impeachment

As investigações da CPI acabaram e os fatos que envolvem o presidente com o "esquema PC" continuam se multiplicando. Disquetes de computador, depoimentos de doleiros e empresários vão engrossando o rol de evidências de que os negócios do presidente não são nenhum exemplo de decore.

Ao mesmo tempo, se multiplicam as evidências de que o governo já acabou. Collor já é, praticamente, um ex-presidente. No Congresso as coisas parecem definidas pelo impeachment, mais ainda depois da definição de voto secreto e rito sumário adotada pelo presidente da Casa, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS). De quebra, os indícios de que o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, vai botar pra quebrar crescem a cada dia. Collor vai sair dessa sem mandato, sem moral e ainda com processos por crime comum nas costas.

Collor tem até o dia 15 para apresentar

sua defesa, e o processo, na Câmara, deve ser votado entre os dia 21 e 25 de setembro.

As manifestações populares não param, ao contrário, crescem. Mas é hora da multidão se ocupar de algo tão importante como os protestos tingidos de preto: o debate sobre o futuro do país.

A derrubada do corrupto não significa o fim automático da política de recessão que espalha a miséria pelo Brasil. Garantir a continuidade do projeto neo-liberal é a preocupação de muitos dissidentes de última hora, como Jorge Bornhausen e tantos outros.

Limpar o país da corrupção, infelizmente, não tira do país as manchas da fome, do desemprego, da concentração de renda. Por isso, o Movimento Pela Ética na Política está organizando debates sobre o Brasil pós-impeachment, que serão divulgados em breve.

Eleição na CELOS



Divisionismo, a serviço de quem?

Aproxima-se o mês de novembro, data-base dos eletricitários federais. No início de agosto o V Enel - Encontro Nacional dos Eletricitários, definiu a pauta nacional. No fim de agosto, em Charqueadas, a Plenária da Eletrosul definiu a pauta específica.

No início de setembro, dia 3, numa assembleia onde a mesa impediu o debate e os esclarecimentos de questões fundamentais, desrespeitando princípios democráticos, éticos, morais, formais e legais, o Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina aprova sua pauta, dando início a mais um processo de divisionismo entre os empregados da Eletrosul. Incentivada pela diretoria da Eletrosul, que não satisfeita em destruir a empresa, tenta também atingir a organização dos trabalhadores, a diretoria do Senge, por oportunismo, má fé ou subserviência, mais uma vez, cumpre fielmente este papel deploável.

A Eletrosul prefere andar na contramão da história para atender a seus momentâneos e imaturos caprichos. Enquanto empresas conscientes de suas responsabilidades perante seus trabalhadores, procuram inibir a proliferação de sindicatos de categoria diferenciada, negando-se a negociar com os mesmos por entender que seu quadro de pessoal é único sob o ponto de vista sindical (o que é mais lógico e racional), a Eletrosul usa a antiga tática divisionista da pulverização. E não falta quem lhe ajude na empreitada.

Afim de esclarecer a categoria e desmascarar de vez as sórdidas manobras da diretoria da Eletrosul (que infelizmente encontram guarida em alguns sindicatos), buscou-se junto ao Tribunal Superior do Trabalho a defesa de algumas empresas estatais federais, que quando acionadas por sindicatos de categoria diferenciada assim se manifestaram:

Banco do Brasil - "Se cada grupo profissional que trabalha na Empresa (desenhistas, engenheiros, médicos, advogados, etc...) pudesse abdicar de sua condição de empregado bancário para suscitar dissídios diversos, inclusive com data-base diferente, acarretaria a desorganização do QUADRO HOMOLOGADO por ato de autoridade federal... Dessa maneira, o suscitado (Banco do Brasil) deve ser excluído do dissídio".

Rede Ferroviária - "A Federação Nacional das Secretárias não representa as secretárias empregadas ferroviárias, pois elas pertencem à categoria dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias, frustrando, portanto, a oportunidade de participar em nome destas

em dissídios coletivos e, por via de extensão, das respectivas negociações".

Petrobrás - Esse Tribunal Superior do Trabalho decidiu reiteradas vezes, sempre excluindo a Petrobrás de dissídios coletivos suscitados por categoria diversa da dos trabalhadores na indústria do petróleo".

EMBRATEL - "A suscitada EMBRATEL, desde a sua constituição em 16/09/65, tem realizado seus acordos coletivos de trabalho com entidades representativas da categoria dos empregados em empresas de telecomunicações, por força de seu enquadramento sindical único inexistindo, assim, em seu quadro de pessoal, categorias profissionais diferenciadas, sob o ponto de vista sindical. Assim, conforme mencionada, todos os empregados da EMBRATEL, quer sejam engenheiros, administradores, contadores, advogados, etc., são integrantes da categoria profissional de empregados em empresas de telecomunicações, cuja data-base é 1º de dezembro."

Fumas - "Fumas Centrais Elétricas em defesa, alegou que requeria a sua exclusão do dissídio promovido por sindicato de categoria diferenciada, porquanto, os seus empregados são representados pelo Sindicato dos Eletricitários".

Itaipu - "Todos os empregados da Itaipu Binacional tem sua condições de trabalho determinadas em negociações coletivas/dissídios entre a Itaipu e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas e os sindicatos regionais dos urbanitários". E conclui: "A figura da categoria profissional (eletricitários) é uma forma de proteger os trabalhadores e não prejudicá-los, como acontece neste caso (negociação com sindicatos diferenciados)".

As defesas das próprias empresas, junto ao Tribunal Superior do Trabalho falam por si só e esgotam o assunto. Cabe apenas ressaltar o comentário de Itaipu, que faz questão de citar que o divisionismo só serve para enfraquecer e prejudicar os trabalhadores. Esta é a tese que a Intersindical vem defendendo. Empregados de empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica são eletricitários, independentemente das diferentes funções que exercem na empresa. Ir contra esta lógica é agir de má fé. É apostar na fragmentação e no enfraquecimento. O divisionismo só serve a interesses escusos que não resistirão ao tempo. Os oportunistas de plantão passarão. Os princípios éticos e morais serão resgatados. Este é o recado que vem das ruas. Esta é a vontade maior da sociedade.

ELEIÇÃO NA CELOS

Impugnados dois candidatos da Intercel

Às vezes acontecem coisas que lembram o passado, o pior passado. Coisas como a que aconteceu recentemente na Celesc, referente às eleições da Fundação Celos. Dois candidatos dos quatro apoiados pela Intersindical foram impugnados depois de um estranho pedido de outro candidato.

Os candidatos são Osmar Soares e Sérgio Edil Menegal. O autor do pedido de impugnação é Paulo Roberto Anderson. O argumento para impugnar: eles são sindicalistas liberados para atividade sindical.

Qualquer um percebe que o argumento é inconsistente, pois a liberação para atividade sindical não implica em ruptura de vínculo com a empresa e muito menos com a Fundação. Por isso os impugnados já entraram com recurso junto à Comissão Eleitoral para restabelecer as candidaturas.



Na avaliação da Intersindical, estes acontecimentos estão mal explicados. "Qual o interesse de Paulo Anderson em impugnar as candidaturas da Intercel?", perguntam os sindicatos. E ainda: "porque os membros da Comissão Eleitoral - Maury Antônio Ribeiro, Ogê Francisco, Ronaldo Jardim da Silva e Angelo Tadeu Medeiros - acolheram o pedido com tanta presteza?"

Diffícil é acreditar que não há interferência da empresa neste processo. Muita gente ficou "com a pulga atrás da orelha" depois que a representação dos empregados em outra fundação - a ELOS - trouxe a público irregularidades do porte da compra de ações no "esquema PP".

Segundo a Intersindical, "este episódio lembra os expedientes mais ardilosos já usados contra a organização dos trabalhadores, coisa que já se pensava fazer parte só do passado".



Polícia em greve

A Polícia Civil também não suportou o arrocho salarial promovido pelo governo Kleinubing. Entrou em greve pelo cumprimento da Lei que garante salários mais dignos para a categoria. Segurança também é um serviço essencial, do qual a população fica privada por conta da intransigência e irresponsabilidade do governo.

Reforma do LV

Continua em estudos, e avançando o novo projeto gráfico do Linha Viva. Ele virá assinado pelo ilustrador Frank Maia e será implementado a partir do número

200, que circula em meados de outubro. Está sendo preparada uma ampla programação para comemorar a duocentéssima edição. Afinal não é fácil encontrar jornais sindicais com periodicidade rigorosa e vida longa...

ICV-DIEESE

O Dieese está fazendo uma campanha junto aos sindicatos filiados para efetivar a Pesquisa de Orçamentos Familiares, que vai redefinir as bases do cálculo do Índice de Custo de Vida, divulgado mensalmente. A preocupação é manter o ICV o mais consoante possível com a realidade vivida pelos brasileiros. A última pesquisa



Terceirização é mau negócio

A defesa mais comum da terceirização ou da "parceria" entre as empresas é que ela diminui custos e aumenta a produtividade.

Mas este argumento esconde outro lado desta mesma questão. Ninguém discute o que os empregados estão perdendo com a terceirização (subemprego, diminuição do salário, péssimas condições de trabalho. O melhor exemplo disto são os leituristas contratados pelas Celesc). Quando argumentam assim os empresários ou chefes de empresas estatais falam do lucro, mas não querem sequer analisar o retrocesso social que isto representa.

A terceirização ou a parceria entre as empresas (espécie de linha de montagem), é um fenômeno que consiste em transferir para terceiros (em geral pequenas ou microempresas, onde impera o subemprego) as atividades acessórias de seus empreendimentos. Uma das "contribuições" deste tipo de comportamento é o au-

mento do desemprego e a diminuição dos salários além do enfraquecimento sensível dos sindicatos.

Com este método de trabalho, copiado do Japão, as grandes empresas se concentram nas atividades-fins do empreendimento, naturalmente as mais rentáveis e de menores custos, e transfere para terceiros (empresas-satélites) as atividades complementares, formando uma rede de fornecedores de serviços e matérias-primas, livrando-se do que chamam pejorativamente de "passivo trabalhista", ou seja, do quadro de pessoal próprio.

Essa forma de trabalho, além de ilegal, porque a legislação proíbe a locação ou sublocação de pessoas ou empresas para a prestação de serviços, salvo em caráter temporário ou obra por prazo certo, conforme dispõem as leis 6.019/74 e 7.102/83 e enunciado 256 do TST, ela também estimula e favorece o subemprego, contribuindo para agravar ainda mais as condições de

vida dos trabalhadores, com reflexos na segurança social, sem contar a redução da capacidade de investimento do Estado, que decorrerá de total ausência de recolhimento de tributos pelas empresas-satélites, cuja maioria pertence ao que se denomina de economia informal.

Esta, aliás, é a forma que parcela dos empresários, contando com a omissão do Governo, têm utilizado para justificar a flexibilização de direitos, cuja consequência imediata será o desmantelamento dos sindicatos e a brutal redução de salários.

Assim sendo que "economia" é esta que as empresas fazem? É correto o lucro conseguido em cima da quase escravidão das pessoas? Queremos mesmo voltar aos tempos anteriores às conquistas trabalhistas?

Com base em texto do Boletim do Diap.

quais as agências de publicidade que estão com as contas da Celesc. A Celesc deverá, ainda em setembro, apresentar suas planilhas de mídia, e os custos detalhados de produção e veiculação.

Escelsa contra privatização

Já está nas ruas do Espírito Santo a campanha, puxada pelo eletricitários daquele estado, contra a privatização da Escelsa. Ela é uma das empresas que já teve sua venda para o setor privado autorizada pelo governo federal. Além da realização de debates públicos sobre o assunto, os eletricitários estão utilizando out-doors, cartazes, adesivos e outras formas de propaganda. Eles tem certeza que privatizações só são barradas por mobilização de toda a sociedade.

TRIBUNA livre

Privatização na ECT

Manifesto do Sind. dos Trabalhadores nos Correios e Telégrafos

Há muito tempo a febre da privatização tenta alcançar os Correios Brasileiros - instituição que ainda goza de credibilidade junto à opinião pública. Desde 1985, já foram demitidos 8 mil funcionários, e se fossem seguidas as recomendações da União Postal Universal - organismo que congrega administrações postais do mundo inteiro - que é 0,8 funcionários por 1 mil habitantes, os atuais 69 mil trabalhadores dos correios deveriam ser 120 mil. A França, por exemplo, que tem 55 milhões de habitantes Km conta com 350 mil funcionários nos correios.

A política da diretoria da ECT é nítida: diminuir a mão-de-obra, sobrecarregar funcionários e reduzir a qualidade dos serviços para justificar a PRIVATIZAÇÃO.

Portanto, não podemos nos deixar enganar com as propagandas tendenciosas que utilizam a lógica da Concessão de franquias (agências particulares) que visam realizar a função dos correios, ou seja, receber e entregar correspondências, ocasionando a desativação das grandes centrais de atendimento da ECT que, por sua vez, fazem com que as pequenas agências do interior do país sejam também fechadas, pois sobrevivem do repasse das grandes agências convencionais dos correios. O desvio do tráfego e de serviços para a iniciativa privada nesses grandes centros, sentença à morte a extensa rede de agências da ECT nas mais remotas regiões do país, condenando, assim os agentes postais ao desemprego e deixando a população do interior sem atendimento.

Lute pelo que foi construído com muito esforço pelos trabalhadores e não deixe que ocorra a privatização dos Correios. Vamos dar um basta a essa política.

Continue utilizando as agências oficiais dos Correios ou sua carta poderá também ser privatizada e sair muito mais cara para você.

Não é mera coincidência

Arno Velga Cugnier
Diretor do Sinergia

A situação denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, no manifesto acima, faz com que nos lembremos imediatamente do que está acontecendo na Celesc e na Eletrosul. O que no Correio chamam de "franquias", na Eletrosul é "reforma administrativa", e na Celesc "Programa de Modernização Institucional".

A política neo-liberal adota a palavra modernização e toma como deus o mercado. É ele quem irá regular, preços e consumo. Quem compõe o mercado e o comanda? A população ou a confraria dos grandes empresários, banqueiros e latifundiários?

A quem será que está se propondo qualidade e produtividade? Ao lucro ou a melhoria da qualidade de vida da população?

Na Eletrosul a "mudança" aprofunda uma crise administrativa e de manutenção, e na Celesc será a mesma mal iluminada de mentes obedientes na corte apodrecida.

A disposição de luta de cada categoria e da população com um todo dará a nítida noção do que queremos. Será que vamos pagar ainda mais caro por ações do neo-liberalismo?

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação assinadas, datilografadas e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares semanais. Diretor Responsável: Dinivaldo Gilloli. Editores: Gasílio Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scomazon. Ilustrações: Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: Gráfica do Jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482)22-3866. Telefax: (0482)23-5596. Telex: 481555. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

O governo usa e abusa da mina de dinheiro e poder

CONCESSÕES

Em recente matéria, publicada no jornal A Notícia de 06/09/92, você compara o já tradicional uso das concessões de rádio e TV com as reformas do setor elétrico em andamento no Congresso. Quais são os riscos?

Cascaes - O uso da outorga de concessões de rádio e televisão como instrumento de barganha política, foi amplamente denunciado pela imprensa em, pelo menos, dois episódios recentes da nossa história: na "negociação" dos cinco anos de mandato do ex-presidente Sarney e, ultimamente, no esforço desvalido de seu sucessor, já desacreditado, porém esnobe o bastante para valer-se da entrega

pressionar Estados na aceitação dos seus planos de ajuste. Tudo isso por conta da redistribuição das atuais concessões, pois muitas delas já estão vencidas e boa parte está por vencer nos próximos anos. Vencidos os prazos determinados nos contratos, vários deles estabelecidos em caráter precário, o poder concedente procederá novas licitações nos termos previstos pelas disposições transitórias desta lei.

Poderia haver uma simples renovação destes contratos com os atuais concessionários?

Cascaes - Destaca-se que as eventuais propostas oriundas de entidades estatais seriam provavelmente desclassificadas uma vez que, por uma sutileza do projeto, a "isonomia" na concorrência serviria de pretexto para excluí-las de qualquer licitação. Cabe ressaltar que as empresas que atuam hoje no setor vêm oferecendo um serviço de qualidade, não obstante os desvios administrativos (frequentemente denunciados pelos empregados) e as manipulações de suas tarifas em prol dos grandes consumidores ou de um pseudo-controle inflacionário. Mas elas seriam, entretanto, fragmentadas (tanto as federais como as estaduais), paulatinamente, em função da perda uma após uma de suas concessões, inviabilizando-se seu conjunto.

Isto logicamente tem a ver com as demissões e reformas administrativas em andamento...

Cascaes - Para quem tem acompanhado a reforma da Eletrosul, fica claro que o desmantelamento de suas equipes aponta nesta direção. O que surpreende é que por total subserviência ao poder central, a atual administração antecipa as mudanças sem considerar os interesses da própria Região.

Qual a lógica, em termos empresariais, que poderia servir de pretexto para justificar tal plano?

Cascaes - Ocorre que se avaliarmos do ponto de vista puramente financeiro do governo federal, o "negócio" também parece interessante. Uma usina velha, por exemplo, já depreciada, que agrega pouco em termos de receita tarifária (uma vez que as tarifas, por ora, referem-se ao chamado "custo do serviço), seria novamente licitada para o estabelecimento de um outro contrato de concessão. O preço (valor) de sua energia seria associado, certamente, ao custo atual dos demais energéticos. Restaria, portanto, ao Executivo "acertar" com o novo concessionário, agora necessariamente privado, a margem entre o

valor atual da receita específica desta usina e o privilégio do repasse de uma concessão sem riscos.

A característica monopolística própria dos serviços públicos relacionados ao abastecimento de energia elétrica exige regulação e controle da sociedade. Mas a propaganda oficial esforça-se para vender a idéia de que a privatização levaria a maior eficiência. O projeto de lei induz a racionalização de custos e tarifas?

Cascaes - A competitividade que, em tese, poderia nortear as condições de disputa nas licitações deste setor, sabidamente, é inexistente. Mesmo assim, o projeto de lei esforça-se para amparar o "vencedor", mesmo que este tenha recorrido à prática de "duping" - baixando os preços para garantir o contrato -, pois assegura, de antemão, condições extremamente paternalistas de revisão futura, justamente do preço que estaria, a princípio, acertado. Ele teria poder, inclusive, para estabelecer subsídios "cruzados", manipulando as tarifas no caso de uma concessão de distribuição, promovendo transferências de renda entre consumidores, segundo seus interesses.

A barganha política seria estimulada, pelo visto, nas discussões de concessões privilegiadas com um único negociador: o poder concedente. Um tipo como PC faria uma festa?

Cascaes - Se associarmos todos estes desdobramentos às recentes medidas que centralizam as contas e o gerenciamento financeiro do setor no âmbito do governo federal (Decreto 409 de 30/12/91), minimamente teremos a idéia dos riscos que resultarão desta brutal concentração de poder. Paradoxalmente, justo numa conjuntura que nos tem revelado, a cada dia, as fragilidades inerentes a um sistema sem os requisitos imprescindíveis de transparência e controle público.

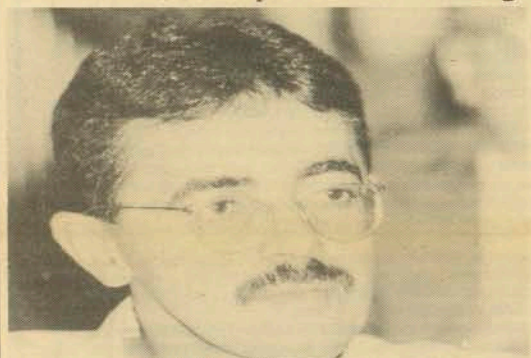
Fala-se demais na crise do setor e na necessidade do aporte de capitais privados para garantir a demanda futura. Parece que a discussão atual gira, entretanto, na redistribuição do que foi acumulado pelo estado. Os empresários não parecem dispostos a investir em obras com longo prazo de maturação e comprar pedaços do atual sistema como garantia da sua demanda própria seria, no mínimo, prudente. Como fica o consumidor comum, o residencial, por exemplo?

Representante Sindical do SInergia na Eletrosul, João José Cascaes Dias, ou simplesmente Cascaes, participa do grupo de estudo e acompanhamento da reforma institucional do setor elétrico, que foi montado pelo Comando Nacional dos Eletricistas. Nesta entrevista ao Linha Viva ele fala de uma preocupação nova: as concessões de serviços públicos, particularmente de geração e distribuição de energia elétrica.

Cascaes - Aquele repetido discurso do esgotamento do Estado e sua incapacidade para sustentar a expansão da oferta energética, que leva a crer que os "novos capitais" seriam canalizados para as obras futuras, ficaria definitivamente enterrado por uma desestatização clientelista dos atuais patrimônios, operacionalmente eficientes. O consumidor, por sua vez, que há muito sustenta - junto com o contribuinte - os inúmeros favorecimentos desta desgastada política cartorial, além de assistir indignado o comprometimento do patrimônio público e nossos recursos naturais por interesses de grupos privilegiados, será chamado, como de hábito, a pagar um preço mais alto pelo mesmo serviço que já vinha sendo prestado. Ou ainda pior: as mesmas usinas, as mesmas linhas, nenhum dólar novo de investimento, nenhum "quilowatt" instalado no sistema, nenhuma garantia de qualidade, uma manutenção provavelmente relaxada e, por uma simples redistribuição de contratos entre amigos, novas tarifas!

E num estado como o nosso, como ficariam as coisas?

Cascaes - Se por ventura, este consumidor for um catarinense, receberá, como herança destas reformas, os encargos adicionais próprios de um estado extremamente dependente em termos energéticos, e do rateio dos custos do sistema interligado, infra-estrutura não desenvolvida ou concebida em função do modelo anterior, e custo local de produção termelétrica mais elevado ainda. A Celesc seria fragmentada por regiões. Os mercados mais densos seriam disputados politicamente nas concessões de distribuição, e os sistemas seriam sucateados progressivamente para, no futuro, serem devolvidos ao estado (o projeto prevê tal possibilidade). As áreas rurais e os domicílios ainda não atendidos seriam desprezados.



de "anéis", sobretudo públicos, para salvar as próprias mãos. Imaginemos agora, por hipótese, a comodidade que um dirigente corrupto teria para desvencilhar-se das merecidas algemas, dispondo não só do "reino das telecomunicações", mas de outras valiosas concessões a granel.

Como exemplo, vejamos a "armação" arquitetada em cima das concessionárias de energia elétrica, visualizando algumas das consequências, a partir da fase final de tramitação no Congresso Nacional, de um projeto que regulamenta as concessões dos serviços públicos em geral (substitutivo nº 202/91 do deputado Aleluia - PFL/BA). Na forma como se encontra, tal projeto de lei, uma vez aprovado no Senado sem as necessárias supressões, por certo estimulará o "loteamento político" destes serviços.

O que muda efetivamente?

Cascaes - Em termos gerais, o Executivo Federal ganharia, no caso, plenos poderes para renegociar o gerenciamento do imenso patrimônio das empresas do setor elétrico, capitalizando-se para o acerto de suas dívidas, ao mesmo tempo que teria novas armas para